



## **PCMG realiza ações no Jequitinhonha para fiscalizar comércios**

Com o objetivo de informar e conscientizar sobre o Covid-19, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) realizou, nessa terça-feira (24), ação de fiscalização na cidade de Padre Paraíso, na região do Jequitinhonha/Mucuri, em estabelecimentos comerciais. Uma viatura descaracterizada foi utilizada para fiscalizar comércios nos bairros de João de Lino, Serraria, Pantanal e Centro, com a finalidade de garantir o cumprimento das determinações federais, estaduais e municipais sobre o período de resguardo, cuidado e restrição.

Dos locais fiscalizados, um foi fechado após a visita dos policiais civis, outros já se encontravam sem funcionamento. A Polícia Civil, na cidade de Padre Paraíso, tem verificado constantemente a procedência de informações de descumprimentos e de denúncias anônimas sobre elevação desproporcional dos preços.

Em Itaobim

A PCMG também realizou ação, nesta quarta-feira (25), em Itaobim, em obras de particulares, hotéis, lava-jatos e lojas diversas. No total, foram visitados 11 estabelecimentos e três obras em todos os bairros da cidade. Foram identificadas irregularidades que estavam em desconformidade com o Decreto Municipal nº 79, de 21 de março de 2020.

Na ocasião, a PCMG orientou os responsáveis pelos estabelecimentos sobre a importância de obedecer ao decreto municipal. Esta foi a primeira de outras ações que serão realizadas para conscientizar a população sobre o Coronavírus. "A Polícia Civil em Itaobim estará a postos em prol de impedir a propagação do Covid-19, realizando fiscalizações em estabelecimentos e obras, bem como na apuração de denúncias", destacou a Delegada Karine Tassara Fernandes.

Em Araçuaí

Outra cidade em que a PCMG realizou ação de fiscalização na região do Jequitinhonha/Mucuri foi Araçuaí, onde, na manhã desta quarta-feira (25), policiais civis foram a estabelecimentos comerciais autorizados a continuar em funcionamento pelo decreto municipal. Supermercados, farmácias e postos de combustíveis foram visitados com o objetivo de prevenir e coibir o aumento abusivo e injustificado de preços durante a situação emergencial em que o Estado se encontra em razão da pandemia provocada pelo Covid-19.

Além disso, a PCMG aproveitou para esclarecer dúvidas dos comerciantes sobre as condutas que podem configurar crimes contra a economia popular e ao consumidor. O Delegado Geovane Klipel explica que a lei proíbe o aumento abusivo e injustificado dos preços. "Alguns itens sofreram reajustes devido à grande procura no mercado, contudo os aumentos precisam ser justificados", acrescentou.

Ações como essa continuarão ocorrendo na cidade. Segundo o Delegado Geovane Klipel, "durante todo o estado emergencial, a Polícia Civil de Minas Gerais continuará a fiscalização aleatória de estabelecimentos, com o objetivo de proteger toda a população de oportunistas, que aproveitam momentos de crise para conseguir lucros abusivos sobre as pessoas".